



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

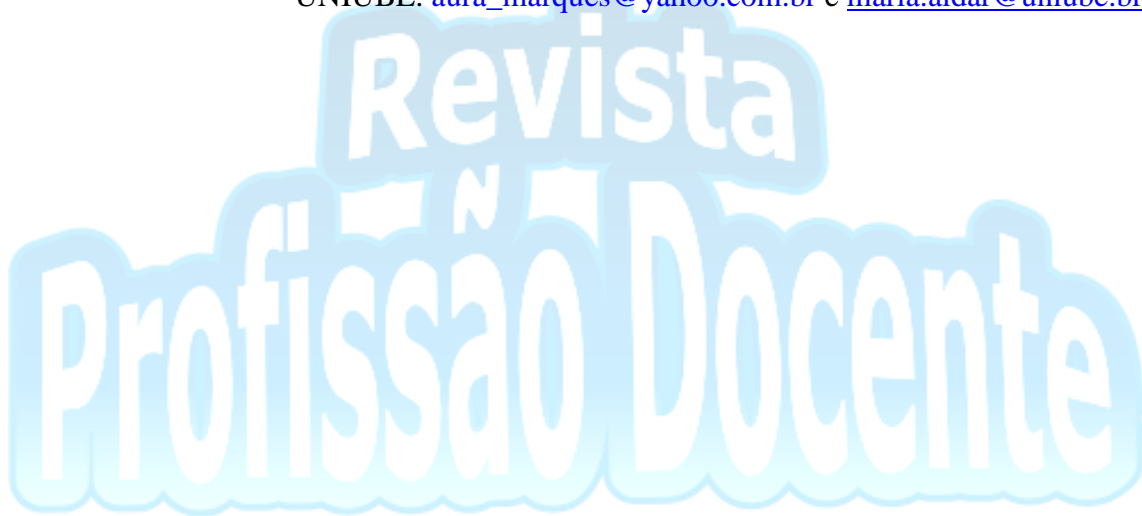
www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

A INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS POLÍTICO E ECONÔMICO NA EDUCAÇÃO

AIDAR, Maria Aura Marques
Coordenadora do Instituto de Formação de Educadores e Mestre na
UNIUBE. aura_marques@yahoo.com.br e maria.aidar@uniube.br





Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Os cursos de especialização em educação vêm apresentando novas propostas para o campo pedagógico, a linguagem didático pedagógica, o ensino superior e as metodologias de ensino. Composto os eixos temáticos, observamos conteúdos tais como: A arte e a ludicidade como elementos de integração para que a aprendizagem transformadora aconteça; Relações interpessoais; Educação não presencial; Políticas públicas; As questões pedagógicas na prática educativa (as novas tecnologias digitais); A construção do conhecimento; A educação no contexto sócio-cultural: concepções e tendências; A interdisciplinaridade; A arte, o lúdico e a tecnologia na aprendizagem; Do tradicional ao emergente nas tendências da educação.

Percebe-se pelos títulos a preocupação com o novo, novas tecnologias, aprendizagem transformadora, tendências, com o emergente, a arte, o lúdico, a interdisciplinaridade, as relações, ou seja, pretende-se promover uma “virada”, com novos parâmetros, ou quem sabe, trabalhar com o tradicional a partir de novos modelos, de novos olhares. Nesse sentido minha formação em História se manifesta. Considerando-se, que a história é interpretação da ação transformadora do homem no tempo¹, e se é como disse Marc Bloch² “*a ciência do homem no tempo*”, logo, a educação como transmissora da herança cultural, vai interessar à história. Desse modo, a construção do presente ensaio se dará em torno da evolução da educação no tempo, porém mais precisamente pensaremos o discurso institucional da educação, em como ela se insere nas questões políticas e econômicas das sociedades, traduzindo necessidades e valores dessas mesmas sociedades.

¹ ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. SP: Moderna, 1996

² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Desde os tempos primitivos os homens viveram em grupos, como uma forma de se protegerem mutuamente. Ao fixarem-se à terra os grupos perceberam que poderiam ter mais chances de sobrevivência se organizassem o trabalho dividindo as tarefas. Uns trabalhavam a terra, outros caçavam, outros cuidavam da casa, da coleta de madeira e raízes. Que conquista! Usavam o pensamento e o físico para obterem melhores resultados. Eis a diferença entre o homem e os animais: a capacidade mental que permitiu ao homem criar, aprender, comunicar-se e realizar ações em cooperação com seus pares, começando assim a produzir. Trabalhavam coletivamente, descobriram técnicas de plantio, de construção, as famílias foram crescendo e provavelmente começou uma organização natural dessas famílias em tribos ou clãs e uma necessidade de demarcação de espaço, para proteção da família, da propriedade, da plantação. Nesse ponto, aparece o embrião da propriedade privada e os problemas da humanidade. A história não sofre interrupções. Desde que os homens se organizaram em grupos e comunidades tornaram-se artífices de sua história, realizando o que fosse necessário para a vida em sociedade.

O trabalho aparece como um processo em que o homem realiza sua própria ação, utilizando seus instrumentos (cérebro, mãos, braços e pernas) num intercâmbio com a natureza, para controlá-la em seu próprio proveito. Por intermédio do trabalho, o homem relaciona-se com a natureza e com outros homens, produzindo formas variadas de relações sociais.

Nas comunidades primitivas a divisão do trabalho tornou-se necessária e quanto mais a comunidade se desenvolvia, maior era a divisão e mais especializadas se tornaram as tarefas. Ao decidirem viver juntos em comunidades, em aldeias rudimentares, as sociedades de agricultores e criadores de gado se organizaram em tribos, grupos que viviam em hierarquia, vinculados por laços de parentesco, com regras de convívio, direitos e deveres, cultivando expressões lingüísticas próprias, bem como



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

uma cultura comum ao grupo – que mais tarde iria identificá-lo em relação aos demais. Essa cultura, formada ao longo do tempo, é aperfeiçoada e compartilhada por gerações por meio da educação -processo em que os grupos, para sobreviverem, necessitam que os mais jovens tomem conhecimento dos saberes já adquiridos, das normas, valores, idéias, folclore, tradições, ideologias e modos de proceder. Nas sociedades primitivas, a família, a comunidade, eram responsáveis por transmitir para as crianças toda sua herança cultural. Mais tarde, com as sociedades já organizadas em cidades, essa tarefa passa a ser de responsabilidade de organizações montadas para tal fim. Temos, a partir de então, a educação informal e a formal que com o passar do tempo se intelectualizou, estando à disposição somente dos filhos bem nascidos que vão aprender a leitura, a escrita e mais tarde a gramática, a eloquência e a retórica. No sistema formal de educação, vamos perceber que a escola não funciona como uma ilha, ela está inserida na sociedade da qual faz parte e nesse sentido sofre e exerce influências. Segundo Bárbara Freitag³, as questões econômica e política teriam influência direta nas políticas educacionais.

Na Grécia antiga, duas cidades-estado destacavam-se, Esparta e Atenas. A educação em Esparta, que era uma cidade guerreira, valorizava o cuidado com o corpo, a obediência e o treinamento para situações de desconforto físico, tal como a guerra. Atenas, tendo sido o berço da democracia, primava pela educação intelectual e física. Como o poder era exercido por quem mais se destacava na política, era preciso aprender a arte do convencimento. No período helenístico, a educação volta-se para a formação do homem culto, versado em diversos saberes, entre eles a ética, a retórica, a gramática, a dialética, a aritmética, a música, a geometria e a astronomia. Acrescentando-se com o

³ Cf. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6ª ed. SP: Ed. Moraes, 1986



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

tempo a filosofia e a teologia no período cristão.

Em Roma, a educação que inicialmente era para a guerra, sofreu transformações por influências helenísticas, para uma educação enciclopédica em que a retórica tem um importante papel. Como no período grego, o romano desqualificava o trabalho manual, braçal, privilegiando o saber intelectual. O império, formado de vários povos, apresentava uma cultura essencialmente humanística, cosmopolita e universal. A pedagogia, bem ao estilo romano, era voltada para questões práticas. Dois de seus maiores expoentes foram Cícero (106-43 a.C) e Quintiliano (35-95 d.C). Tanto na República quanto no Império, os estudos superiores são reservados para poucos, e como quem governava era a aristocracia, era privilégio dessa elite receber a preparação necessária para a vida pública. Falar à assembléia e nas tribunas exigia preparação e por isso era ensinado o direito, a política, a filosofia e a retórica. Cícero valorizava a fundamentação filosófica do discurso, acreditando que o orador deveria ter formação integral, inclusive com noções literárias e teatrais, para fundamentar seu discurso e melhor exercer a persuasão. Quintiliano voltou-se mais para o aspecto técnico da formação do aluno, valorizou a psicologia como instrumento para melhor conhecer individualidades, recomendou que fosse alternado o trabalho intelectual com o lazer, e que a criança aprenderia melhor em grupo do que individualmente. Analisou dados, físicos, psicológicos e morais para a formação de um bom orador.

Na Idade Média, a educação era voltada para questões teológicas, a visão teocêntrica da Igreja, que era a entidade detentora do saber nesse período da história, colocava Deus como fim de toda ação pedagógica, em que o homem deveria cultivar os ideais ascéticos, exercitando o pensamento lógico metafísico, em que a boa verbalização e o raciocínio dedutivo eram valorizados, e o raciocínio indutivo era desprezado. A sociedade nesse período era rigidamente hierarquizada, recebendo educação, principalmente os representantes do sexo masculino de famílias bem nascidas. O



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

método da Escolástica era utilizado nas universidades, centros de fermentação intelectual. Ali os teólogos procuravam apoiar a fé na razão, e para isso a argumentação precisava apoiar-se em um sistema lógico de argumentação. Para combater as heresias, era necessário um trabalho de convencimento, exposição lógica e defesa dos argumentos. Os estudantes recebiam instrumentos para discussão, aprendendo em várias etapas, a leitura, o comentário dos textos bíblicos, as questões e discussão. A educação foi, na Idade Média, veículo para um fim específico, o teológico, instrumento de poder da Igreja centrado na salvação da alma para a vida eterna.

No Renascimento, diminuiu a hegemonia do clero sobre a educação, e vamos encontrar colégios e universidades seculares voltados para os interesses burgueses de formação de homens para os negócios, para conhecer as letras greco-latinas e que possa se portar bem em ambientes luxuosos. Apesar de ser um período de negação da cultura eclesiástica, os populares continuam afastados da educação formal, tanto na educação católica, quanto na educação reformada protestante. O ensino proposto por Lutero visava escola primária para todos, porém o ensino médio e a universidade para poucos – os privilegiados. Com vistas à obra missionária da Igreja nas novas terras colonizadas, os jesuítas desenvolvem regras para seus cursos (*Ratium Studiorum*) que abrangem para o ensino médio o estudo da gramática, das humanidades, da literatura greco-latina, e da retórica. No ensino superior são acrescentados teologia e ciências sagradas.

A Idade Moderna, burguesa, liberal, vai em busca de uma pedagogia mais realista, mais de acordo com seu tempo, ou seja, eficaz e prática, que privilegiasse a experiência, as coisas do mundo. O expoente da pedagogia nesse período foi Amós Comênio (1592-1670), cujo principal livro foi “Didática Magna”, onde sugeria como deveria ser o ensinar e o aprender com resultados, lançando bases para a rapidez do ensino com economia de tempo e de cansaço. Em seus manuais didáticos, Comênio trabalha o ensino do mais simples para o mais complexo, enfatiza a importância do



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

relacionamento da escrita com as figuras e que somente fazendo é que aprendemos. Seu ideal maior era *ensinar tudo a todos*, a pansofia, ou sabedoria universal. John Locke, pensador inglês, do século XVII, mas que foi influência para os séculos seguintes, escreveu “Pensamentos sobre Educação”, onde propõe a exclusão da retórica como disciplina, valoriza o estudo da geografia, da história, da geometria, das ciências naturais e da educação física, além da contabilidade e escrituração. Propõe ainda o aprendizado de um ofício manual. Ressalte-se que nesse período o mercantilismo inglês se encontra no auge, justificando-se o aprendizado das disciplinas propostas. Reforçando a idéia até aqui predominante, também Locke pensava que a educação para os governantes deveria ser diferente da que era trabalhada com os governados.

No século XVIII, a idéia do poder adquirido pela ilustração, pelo conhecimento, pela capacidade de interpretar o mundo, foi denominada Iluminismo. Com essa idéia, foi idealizada a *Enciclopédia*, que tentava reunir o máximo do conhecimento adquirido pela humanidade em verbetes, escritos por filósofos como D’Alembert, Diderot, Voltaire, Rousseau e Helvetius.

No período iluminista, aparece também o esforço de tornar a escola secular voltada para todos e como função do Estado. A educação é pensada com tendências liberais e laicas, recusando o universalismo jesuítico, voltando-se para a prática das ciências técnicas e ofícios. Porém, na verdade o que se viu foi a quase inexistência de escolas elementares e as de grau médio somente servindo às classes privilegiadas. Na Alemanha, a situação era um pouco diferente do restante da Europa, com o Estado assumindo o controle da educação, que além das escolas elementares e médias, possuía também escolas técnicas e científicas onde se aprendia matemática, mecânica e ciências naturais e trabalhos manuais. O pensamento de Rousseau e Kant vão influenciar correntes pedagógicas posteriores, em que são valorizados o desenvolvimento livre e espontâneo do sujeito universal como ser autônomo que constrói seu conhecimento.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Ao mesmo tempo em que filósofos e pedagogos pensavam a educação como direito de todos, o médico e pensador político holandês Bernard Mandeville escreveu “A fábula das Abelhas”⁴, publicada em 1714. Obra em que defende a questão dos vícios privados trazerem benefícios públicos. Entre outras teses, o autor defende a idéia de que o auto-interesse favoreceria o desenvolvimento e a eficiência da sociedade. Com relação à educação, apresentando o pensamento burguês, Mandeville considerava que o aprendizado (ler, escrever e fazer contas) só seria necessário para os pobres, os operários, que os usasse como instrumento de trabalho.

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranqüilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica desejos(...). Portanto, o bem estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda (em relação às coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento.

A Revolução Francesa lança bases para a educação nacional que saiu do controle da Igreja para o Estado. Assim, a educação deveria suprir as necessidades do estado moderno. O francês e a ciência, a moral e cívica, bem como a lealdade ao governo seriam enfatizados.

A educação no século XIX apresenta interesse nos fins sociais e na preparação da criança para viver em sociedade. Com a educação nacionalizada há o interesse em formar o cidadão integral. O ensino politécnico e democratizante vêm possibilitar a

⁴ MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas**. In: BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia: de Maquiavel à Adam Smith*. SP, Hucitec, 1988.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

relação entre conhecimento e bem estar social, buscando progresso, estabilidade e capacidade de transformação. Prevalece nesse século a educação elementar e financiada pelo Estado.

No século XX a sociedade vinha buscando uma escola realista e que estivesse em conformidade com o mundo em constante transformação. A *escola nova* com sua preocupação com o trabalho tem como seus representantes mais emblemáticos Pestalozzi e Dewey, para quem a educação é um produto da sociedade e tem função social. Por intermédio da educação, a sociedade formularia seu propósito, organizando seus próprios meios e recursos e dirigindo-os no sentido em que ela pretenderia mover-se.

Neste ponto, minha exposição volta-se para a educação no Brasil especificamente. Bárbara Freitag apresenta uma periodização elaborada, segundo ela, para demonstrar que o quadro educacional brasileiro assume traços específicos que foram vinculados pela economia na política educacional adotada nesses diversos períodos:⁵

Para facilitar nosso trabalho introduziremos uma periodização que contém elementos de arbitrariedade, mas que satisfaz plenamente às nossas intenções. A essa periodização correspondem três modelos específicos da economia brasileira. O primeiro abrange o Período Colonial, o Império e a I República (1500 – 1930). Para esse período é característico o modelo agroexportador de nossa economia. Ao segundo período, que vai de 1930 a 1960 aproximadamente, corresponde o modelo de substituição das importações. O terceiro período vai de 1960 até os nossos dias e foi caracterizado como o período da “internacionalização do mercado interno”.

A análise da autora em relação ao primeiro período se baseia na questão de que a economia era basicamente vinculada à monocultura (açúcar, ouro, café e borracha). Na

⁵ Op.Cit. P. 45-46



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Colônia a política educacional estatal era quase inexistente, havendo um sistema educacional montado pela Igreja por intermédio dos jesuítas que cumpria uma série de funções importantes para a coroa portuguesa. A estrutura de classes era restrita, não havia sentido na escolarização das classes subordinadas, visto que para trabalhadores na agricultura não havia necessidade de leitura. Após a independência há um fortalecimento da sociedade política, com o surgimento de escolas militares de nível superior. No fim do Império e início da República se delineia o embrião de uma política educacional estatal para fortalecimento do Estado. No segundo período, na fase de 1930-1945, com um Estado repressor e ainda com a política e economia voltadas principalmente para o café e suas crises, percebe-se a necessidade de mudanças no modelo econômico agroexportador, a falta de divisas impõe restrições à importação de produtos de bens de consumo. Há um fortalecimento da produção industrial brasileira. Desestrutura-se a antiga sociedade, com a emergência dos grupos de industriais e comerciantes. O Estado então vai atuar mais fortemente na educação com a criação do Ministério da Educação e Saúde. É estabelecido o primeiro Plano Nacional de Educação que coordena e supervisiona as atividades de ensino no Brasil, bem como são regulamentadas as formas de financiamento da rede oficial de ensino e a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário no Brasil. É desse período também a implantação da primeira Universidade brasileira. Na Constituição de 1937 é instituído o ensino profissionalizante previsto para as classes menos privilegiadas (art. 129), ainda dispondo a lei que é obrigação das indústrias e dos sindicatos criarem escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros. São criados nesse período o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESC), bem como a Escola Agrotécnica Federal e os primeiros cursos *Normais* para atender a formação de professores.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Segundo Freitag⁶, a educação seria um *fato social*, e como tal, imposto coercitivamente ao indivíduo, que para seu próprio bem sofrerá a ação educativa. A transmissão da experiência de uma geração a outra, se dá no interesse da continuidade de uma sociedade dada.

Na apresentação da lei nº 4.244 de 09/04/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário – o Ministro Gustavo Capanema se manifesta dizendo que: “o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores de concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo”. O que vem reforçar o pensamento da autora.

No período abordado (1930-1945), embora a Constituição determinasse, o ensino profissionalizante não ocupou lugar destacado na educação em geral, permaneceu como destinado às pessoas menos favorecidas. Mais privilegiado foi o ensino secundário que era a porta que conduziria à tão sonhada ascensão social que era o ensino superior.

Em 1948 foi encaminhada ao Congresso Nacional, uma proposta de reforma na educação. Houve extenso debate e somente em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 20/12/1961) primeira lei geral de educação descentralizando-a da esfera federal para a estadual. Permanece a aprendizagem de ofícios industriais tão importantes para o Brasil populista e do posterior milagre econômico. O período da ditadura militar é marcado pelo tecnicismo de influência norte

⁶ Cf. Durkheim ...



⁷ americana por intermédio dos acordos MEC-USAID, que orientavam para as idéias de racionalidade e eficiência.

Outro ponto a ser pensado é a reforma do ensino superior, um clamor dos estudantes brasileiros pelo aumento do número de vagas nas escolas superiores públicas. A reforma além de não aumentar o número de vagas, estabeleceu o vestibular classificatório, e acabando com a nota mínima que fabricava excedentes para as vagas, ou seja, só classificavam-se os alunos em número idêntico ao de vagas. Por outro lado multiplicaram-se as vagas no ensino superior particular, bem como com a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, tornando o ensino profissionalizante obrigatório, o governo esperava afastar do ensino superior um grande número de estudantes que adquiriam o diploma técnico⁸ Medidas que segundo Freitag⁹ davam “às classes subalternas a ilusão de poderem ascender através do sistema educacional na sociedade, institucionalizando chances formalmente iguais, mas factualmente inexistentes”.

Por outro lado, o setor econômico reclamava do sistema educacional o fornecimento de trabalhadores qualificados, deixando de se responsabilizar por tal qualificação que ficaria à cargo dos próprios cidadãos e do Estado.

A partir de 1964 acontece uma nova fase na industrialização com a instalação de empresas multinacionais que queriam garantir mão de obra barata, mas que necessitavam de um mercado consumidor que absorvesse sua produção. Com o regime

⁷ SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 7ª edição. Campinas: Autores Associados, 2000. P. 104.

⁸ Cf. PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. SP: Ed.Ática, 1996

⁹ Op. Cit. P.69



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

militar houve um freio nos ganhos democráticos dos trabalhadores, havendo a supressão ou diminuição do acesso à mecanismos da democracia tais como: greves, sindicatos livres, movimentos reivindicatórios dos estudantes e trabalhadores. O governo acreditando ser o melhor para o Brasil naquele momento, insere-se nas escolas, sindicatos e veículos de comunicação. É criado nesse período o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), é institucionalizado o ensino supletivo, são feitas reformas do ensino superior (1968) e de primeiro e segundo graus (1971). A educação assume o papel de preparar os cidadãos para as atuais necessidades do mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento e o crescimento econômico. Vale lembrar que o Brasil vinha pleiteando sua inserção no mercado internacional que ditava as necessidades de mudanças estruturais nas questões políticas e sociais da sociedade.

A ampliação do ensino obrigatório para oito anos seguiu as propostas das conferências regionais de Karachi (1960), Adis Beba (1961), Santiago (1962) e Trípoli (1966) promovidas pela UNESCO. Em 1970, ano Internacional da Educação, a UNESCO criou uma Comissão Internacional para o desenvolvimento da Educação que deveria inspirar as políticas educacionais dos países membros. Foram traçados vinte e um princípios norteadores, que viriam a ser a base para a discussão da Educação para Todos posteriormente em Jomtien, Tailândia, (1990):

- a educação permanente deve ser a pedra angular da política educacional nos próximos anos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, para que todo indivíduo tenha oportunidade de aprender durante toda a sua vida;
- a educação deve ser prolongada durante toda vida, não se limitando apenas aos muros da escola. Deve haver uma reestruturação global do ensino. A educação deve adquirir dimensões de um movimento popular;
- a educação deve ser repartida por uma multiplicidade de meios. O importante não é saber por que caminhos o indivíduo seguiu, mas o que ele aprendeu e adquiriu;



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

- é necessário abolir as barreiras que existem entre os diferentes ciclos, graus de ensino, assim como da educação formal e não-formal.
- a educação pré-escolar deve figurar entre os principais objetivos da estratégia educacional dos anos vindouros. É um requisito importante de toda a política educativa e cultural;
- a educação elementar deve ser assegurada a todos os indivíduos. Deve ter caráter prioritário entre os objetivos educacionais;
- o conceito de ensino geral deve ser ampliado de forma a englobar os conhecimentos socioeconômicos, técnicos e práticos. Devem ser abolidas as distinções entre os diferentes tipos de ensino: científico, técnico, profissional. A educação deve ter um caráter simultâneo entre o teórico, o tecnológico, o prático e o manual;
- a educação tem a finalidade de formar os jovens não num determinado ofício, mas oferecer recursos para que eles possam adaptar-se às diferentes tarefas, tendo um aperfeiçoamento contínuo, na medida em que evoluem as formas de produção e as condições de trabalho;
- a educação técnica deve distribuir-se entre escolas, empresas e educação extra-escolar;
- no que diz respeito ao ensino superior, há necessidade de uma ampla diversificação das estruturas, dos conteúdos e dos alunos, possibilitando o acesso de indivíduos de determinadas categorias sociais às universidades;
- os diferentes tipos de ensino e as atividades profissionais devem depender de modo exclusivo dos conhecimentos, das capacidades e das aptidões de cada indivíduo;
- a educação de adultos, escolar e extra-escolar, deve ocupar dentro dos objetivos um caráter primordial da estratégia educacional nos próximos anos;
- a alfabetização deve deixar de ser um momento e um elemento da educação de adultos; pelo contrário, deve articular-se com a realidade socioeconômica do país;



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



- a ética da educação deve fazer do indivíduo um mestre, agente do seu próprio desenvolvimento cultural;
- os sistemas educacionais devem ser planejados, levando-se em conta todas as possibilidades que as novas tecnologias oferecem, como a televisão, o rádio etc.;
- a formação dos educadores deve levar em conta as novas funções que eles irão desempenhar;
- qualquer função do educador deve ser exercida com dignidade, devendose reduzir de forma gradual a hierarquia mantida entre as diversas categorias docentes;
- a formação dos docentes deve ser profundamente modificada para que seu trabalho seja mais o de educadores que o de especialistas em transmissão de conhecimentos; além dos educadores profissionais, deve-se recorrer a auxiliares e profissionais de outros domínios como: operários, técnicos, executivos, bem como alunos e estudantes, com o objetivo de que eles também instruam outros e tenham a compreensão de que toda aquisição intelectual deve ser repartida;
- o ensino deve adaptar-se ao educando e não se submeter a regras preestabelecidas;
- os educandos, jovens e adultos, deverão exercer responsabilidades como sujeitos não só da própria educação, mas, também, da empresa educativa em seu conjunto.

Com o fim do milagre econômico e a travessia da ditadura militar para a redemocratização, realizou-se em Goiânia a IV Conferência Brasileira de Educação (1986) com as propostas dos educadores para o capítulo da Constituição referente à educação. No texto final da Constituição, a educação figurou como “direito de todos e dever do Estado e da família”¹⁰

¹⁰ Constituição Federal 1988 – acessada em 12/05/2006 www.planalto.gov.br



Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II -liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III -pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV -gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V -valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI -gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII -garantia de padrão de qualidade.

Chamo atenção neste ponto para a análise do implícito nos artigos da Constituição Federal (C.F) de 1988, bem como dos princípios norteadores traçados pela Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação (1970-UNESCO). Há em ambos, a determinação de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

estabelecidos. A persuasão está presente nos discursos institucionais das organizações e das micro -instituições (família, sala de aula). O esforço é no sentido de reverter, alterar atitudes. Quando se verifica que no art. 205 da C.F está determinado que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, a intenção é fazer crer que assim será. Todos terão direito à educação. Mas, nem sempre verifica-se a equidade conforme foi possível analisar pela breve exposição da evolução histórica sobre a educação, aqui apresentada. A maioria das pessoas que freqüentava a escola recebia somente o básico, o essencial, enquanto os demais recebiam o melhor, visto que *“para mandar é preciso saber mais do que sabem os que serão mandados, e, sobretudo, é preciso fazê-los crer que nada sabem e que o pouco que sabem, pouco ou nada vale.”*¹¹ Vimos também que o dever do Estado foi partilhado com a iniciativa privada ao longo da História. E quanto à família, percebemos que ela vem passando para a escola sua função de célula embrionária da educação, da cultura.

Segundo Roland Barthes¹² a linguagem assim que é proferida, entra a serviço do poder, visto que os signos de que a língua é feita, só existem na medida em que são reconhecidos, ou na medida em que se repetem. Para Barthes, somos ao mesmo tempo mestres e escravos da língua, não nos contentamos em repetir o que foi dito, em alojar-nos na servidão dos signos, além disso, dizemos e afirmamos o que nos foi dito e repetido. O texto seria um jogo de palavras, um teatro. Pensando sobre o discurso à respeito da educação proferido por entidades governamentais ao longo do tempo, encontrei em Barthes uma definição que considero pertinente para o que aqui estamos tratando:

¹¹ GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. Atravessando fronteiras e descobrindo mais um a vez a complexidade do mundo. In: ALVES, Nilda (org). O sentido da escola . 4.ed.RJ: DP&A Editora, 2004

¹² BARTHES, Roland. Aula. 12.ed. SP: Cultrix, 2004.



A “inocência” moderna, fala do poder como se ele fosse um: de um lado, aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos, em suma que ele é sempre uno. (...) Advinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo de discurso de poder todo discurso que engendra o erro, e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra *os* poderes, e não é um combate fácil. (...) o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.

Se o discurso, o texto, é *uma ação verbal dotada de intencionalidade e que tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões, é possível afirmar que o ato de argumentar é revestido de ideologia.*

¹³ Considero que os discursos elaborados nas diversas conferências internacionais sobre educação, patrocinadas, promovidas, por organismos internacionais, em que são elaborados eixos norteadores de políticas educacionais a serem adotadas por países em desenvolvimento, como condutores de ideologias advindas de setores econômicos internacionais hegemônicos. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, pretendeu ser uma orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo. Tais países se obrigaram a traçar estratégias de melhoria de acesso à educação, sem que, no entanto fossem aplicadas mais verbas para esse fim. Em 1993 na Conferência de Nova Delhi, na Índia, um grupo de nove países em desenvolvimento assinou um documento se obrigando a reafirmar o compromisso de Jomtien de esforço para praticarem a

¹³ KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 4 ed. SP: Cortez Ed.1996.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

educação transformadora e com equidade. Foram eles: Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia. O combinado era expandir a educação básica, reduzir as desigualdades sociais dirigindo a educação para a formação para o trabalho, focalizando as políticas públicas educacionais e o apelo ao voluntariado e ao comunitarismo.

No preâmbulo da Declaração Mundial sobre Educação para Todos os participantes da Conferência, constatam que:

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação". No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades:

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário: mais de 960 milhões de adultos -dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento:
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais: e
- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Percebe-se que o texto afirma que há muitos anos busca-se a educação para todos sem sucesso. Mas, percebe-se também que há o discurso implícito da hegemonia econômica quando declara-se que “*o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento*”, ou seja, procura-se mão de obra barata, mas, que consiga manusear com certa destreza as



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

máquinas e que seja mercado consumidor para os produtos dos países em desenvolvimento. Não há no texto a informação de que o letramento, a cultura, possibilitaria escolher melhor os seus governantes, exigir direitos já conquistados, que somente constam da lei e não na prática. Mas, pelo contrário, a alfabetização facilitaria “*acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias*”, “*melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a*

Ao mesmo tempo, o mundo tem que enfrentar um quadro sombrio de problemas, entre os quais: o aumento da dívida de muitos países, a ameaça de estagnação e decadência econômicas, o rápido aumento da população, as diferenças econômicas crescentes entre as nações e dentro delas, a guerra, a ocupação, as lutas civis. a violência: a morte de milhões de crianças que poderia ser evitada e a degradação generalizada do meioambiente. Esses problemas atropelam os esforços envidados no sentido de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, enquanto a falta de educação básica para significativas parcelas da população impede que a sociedade enfrente esses problemas com vigor e determinação.

Os problemas aqui apontados que na aparência se definem como sendo dos países em desenvolvimento, na verdade são preocupações dos países desenvolvidos, visto que o *aumento da dívida dos países* pode acarretar inadimplência e em consequência prejuízo econômico aos financiadores, *o rápido aumento da população perceber e adaptar-se às mudanças sociais e culturais*” e *adquirir conhecimentos e habilidades essenciais*”. Mercado. Ou seja, que estejam aptos ao trabalho. No mesmo documento encontramos que preocupa em relação à produção de alimentos e bens de consumo, *as diferenças econômicas entre países* não gera mercado externo, *a degradação do meio-ambiente* apontada como problema de países com pouca educação, não procede visto que potencias mundiais como Estados Unidos e Rússia estão entre os maiores poluidores do meio ambiente. Mas, de tanto ouvirmos e lermos tais afirmativas



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

sobre esses problemas como sendo dos países em desenvolvimento, acreditamos. Precisamos nos habituar a questionar as informações que recebemos. A repetição acaba convencendo como verdade o que se apresenta, e nem sempre é a realidade. Lembremos do que nos disse Barthes.

Na Conferência de Jomtiem ficaram definidos os seguintes objetivos:

Art. 1 – Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Art. 2 – Expandir o enfoque

Art. 3 – Universalizar o acesso à educação e promover a equidade.

Art. 4 – Concentrar a atenção na aprendizagem.

Art. 5 – Ampliar os meios e o raio de ação da educação.

Art. 6 – Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem

Art. 7 – Fortalecer alianças.

Em Dakar, Senegal de 26 a 28 de abril de 2000, houve a reunião da Cúpula Mundial de Educação e foi verificado que:

A Avaliação de EPT 2000 demonstra que houve progresso significativo em muitos países. Mas é inaceitável que no ano 2000, mais de 113 milhões de crianças continuem sem acesso ao ensino primário, que 880 milhões de adultos sejam analfabetos, que a discriminação de gênero continue a permear os sistemas educacionais e que a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas estejam longe das aspirações e necessidades de indivíduos e sociedades. Jovens e adultos não têm acesso às habilidades e conhecimentos necessários para um emprego proveitoso e para participarem plenamente em suas sociedades. Sem um progresso acelerado na direção de uma educação para todos, as metas nacionais e internacionais acordadas para a redução da pobreza não serão alcançadas e serão ampliadas as desigualdades entre nações e dentro das sociedades.

Aumentou o número de crianças não alfabetizadas, e diminuiu muito pouco o
RPD – Revista Profissão Docente, Uberaba, v.7, n. 15, p. 30-58 jan/jul .2007 – ISSN 1519-0919



número de adultos alfabetizados em relação aos números de 1990. Os países não se esforçaram o bastante? Não houve incentivo externo? As fórmulas utilizadas não surtiram o efeito desejado? Ficou acordado ao fim do encontro:

A UNESCO continuará exercendo seu mandato na coordenação dos parceiros de Educação para Todos e a manter seu ímpeto de colaboração. Neste sentido, o Diretor Geral da UNESCO convocará anualmente um pequeno grupo flexível de alto nível. Este servirá de alavanca para o compromisso político e a mobilização de recursos técnicos e financeiros. Recebendo informações de monitoramento dos institutos da UNESCO (IIEP, IBE, UIE) e, especialmente do Instituto de Estatísticas e dos Fóruns Regionais e Sub-regionais, também terá oportunidade de cobrar responsabilidade da comunidade global pelos compromissos assumidos em Dakar. Será composto de líderes do mais alto nível de governos e da sociedade civil de países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como das agências de desenvolvimento.

Alcançar a Educação Para Todos demandará apoio financeiro adicional dos países, aumento da ajuda para o desenvolvimento e perdão da dívida em prol da educação por parte dos doadores bilaterais e multilaterais, o que custará em torno de US\$ 8 bilhões por ano. Portanto, é essencial que novos compromissos financeiros concretos sejam firmados pelos governos nacionais e também pelos doadores bilaterais multilaterais, incluindo-se o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, a sociedade civil e as fundações.

Novamente mais um esforço de fora para dentro em tentar modificar a educação nos países em desenvolvimento, novas metas, novas idéias e continuamos no mesmo ponto de onde estávamos em 1960, 1961, 1962, 1966, 1970, 1990 e 2000. Tânia Zagury

¹⁴

entende que:

Cada mudança que se coloca em prática no sistema educacional implica em gastos financeiros e, no mínimo, horas e horas de trabalho por parte dos que participam do sistema. Para os professores em especial, representa também muitas vezes, novos esforços e muita

¹⁴ ZAGURY, Tânia. O professor refém. RJ: Record, 2006



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

capacidade de adaptação. Particularmente no sistema público, no qual, concordem ou não, têm que aderir. E milhares, apesar das conhecidas dificuldades da profissão, esforçam-se para aprender a nova modalidade, buscando acertar, embora nem sempre com êxito. É inconcebível, portanto, que se suspenda e se perca todo um trabalho sem uma análise aprofundada que justifique tal decisão. É inaceitável que mudanças que ainda não frutificaram – porque não houve tempo para isso – sejam de repente “jogadas no lixo”, simplesmente porque alguém com poder “caiu”, o substituto “não gostou da “idéia” ou não quis “dar razão” ao antecessor, ou ainda porque não era adepto da mesma linha pedagógica”.

Na apresentação da edição brasileira de “Educação -Um tesouro a descobrir”, relatório para a UNESCO elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI sob o comando de Jacques Delors,¹⁵ o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, informa que o Ministério apoiou a publicação no Brasil, do relatório pois tinha a convicção de que se tratava de contribuição ímpar à revisão crítica da política educacional de todos os países:

O relatório Jacques Delors, como assim se tornou conhecido, iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996, teve a contribuição de especialistas de todo o mundo, característica que o torna imprescindível diante do processo de globalização das relações econômicas e culturais que estamos vivendo. (...) Destaca também o papel político daqueles a quem compete assegurar ao mesmo tempo a estabilidade do sistema educativo e a capacidade de se reformar e garantir a coerência do conjunto. Assim, estou seguro de que a edição brasileira do Relatório (...) contribuirá para o processo em que, de modo especial, se empenha o Ministério da Educação, qual seja o de repensar a educação brasileira.

Analisando a apresentação do Ministro ao relatório, percebemos como na realidade socioeconômica vivida pelo Brasil, o processo de ensino-aprendizagem toma

¹⁵ Educação: um tesouro à descobrir. – 6.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001



“formas” do contexto histórico, político e econômico.

Segundo Selva Guimarães Fonseca¹⁶:

A nova realidade socioeconômica, política e educacional, vivida por nós, ampliou o debate sobre as relações entre o conhecimento escolar e a acumulação de capital. Os currículos, os livros didáticos e o processo ensino-aprendizagem, passaram a ser redimensionados, tendo em vista o novo contexto histórico. Passamos a reconhecer e debater o duplo papel exercido pelas nossas escolas. [...] Ao mesmo tempo que a escola é um espaço de “difusão”, “socialização”, “democratização”, [...] de distribuição de um conhecimento produzido em outras instâncias, tais como a Universidade, ela se constitui, também, num espaço de produção de “agentes” e de conhecimento “técnico-administrativo”.

De acordo com o pensamento de Fonseca, a escola serve à reprodução das relações capitalistas, porém, como espaço de produção é um campo de lutas. Acredito que algumas dificuldades pelas quais passa a educação no Brasil, advenham desse embate entre o capital e o saber. Mesmo reproduzindo o que nos vem sendo determinado por organismos a serviço do capital, publicando material orientado por relatórios internacionais, o processo não caminha como o esperado, as reformas não são implantadas conforme o determinado, há um descompasso entre a teoria e prática.

A Universidade, segundo as orientações, cumpriria mais explicitamente sua função no processo de produção da sociedade. Um dos princípios norteadores de Jomtien diz respeito ao ensino superior: *“há necessidade de uma ampla diversificação das estruturas, dos conteúdos e dos alunos, possibilitando o acesso de indivíduos de determinadas categorias sociais às universidades”*.

O relatório Delors sugere: *“há, pois, que gerir o desenvolvimento dos efetivos, que poderá ser, entretanto controlado com uma reforma do ensino secundário feita de*

¹⁶ FONSECA, Selva Guimarães. Os caminhos da história ensinada. 4 ed. SP: Papirus, 1993.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

acordo com as grandes linhas propostas pela Comissão”.

“A Universidade também contribuirá para isso, diversificando sua oferta”:

-como local de ciência, como fonte de conhecimentos, com vista à pesquisa teórica ou aplicada, ou à formação de professores;

-como meio de adquirir qualificações profissionais, conciliando ao mais alto nível, o saber e o saber-fazer, em cursos e conteúdos constantemente adaptados às necessidades da economia.

-como recinto privilegiado da educação ao longo de toda a vida, abrindo as portas aos adultos que desejem retomar seus estudos, adaptar e enriquecer os seus conhecimentos, ou satisfazer seu gosto em aprender em qualquer domínio da vida cultural;

-como parceiro privilegiado de uma cooperação internacional permitindo o intercâmbio de professores e alunos e facilitando, graças à matéria de caráter internacional, a difusão do que melhor se faz no campo do ensino.

O relatório prevê ainda que é tarefa da Universidade: *“formar no domínio técnico e profissional, as futuras elites e os diplomados de nível médio e superior de que os seus países necessitam, para poderem sair do ciclo de pobreza e subdesenvolvimento em que atualmente se encontram”*(grifo meu)

A partir das recomendações a respeito da educação em geral e da Universidade em particular, foram publicados no Brasil centenas de textos incorporando as idéias sugeridas nos relatórios em que são comentados entre outros assuntos, que: a universidade deve rever seus modelos, que o conhecimento científico seria uma possibilidade para inclusão social, sobre o professor do século XXI, a Internet na educação trazendo propostas para educação *on-line*, a globalização e a rede, o capital mundial e as alterações do mercado de trabalho, o professor como mediador, reestruturação da formação de professores e revolução da informação.



Voltamos então ao pensamento dos discursos de persuasão para refletir que, por influência de organismos externos incorporamos as idéias apresentadas sobre mudanças que deveriam ocorrer na educação brasileira e passamos a reproduzir material de leitura e consulta acreditando que realmente é esse o caminho. Mas, se as fórmulas apresentadas nos parecem tão corretas, a ponto de nos convencer que estamos todos errados, e que devemos adotar imediatamente as novas propostas, por que a educação continua em crise ?

17

Retorno então ao pensamento de Fonseca sobre a escola não ser um:

[...] mero apêndice do capital, ou do Estado. A escola não produz uma mercadoria qualquer e sim o saber – o que lhe confere um estatuto de poder diferenciado. Ela produz um discurso que pode ser a legitimação do discurso do poder, como sua desmistificação, ou seja, um outro poder, uma vez que se coloca contra a dominação sobre ela exercida.

De tal forma, retomo o parágrafo inicial deste ensaio, acreditando que a História por não ser estanque, pelo contrário, acompanha a efervescência do mundo, pode ajudar na reflexão sobre a situação atual da educação no Brasil. A história pesquisa o homem no tempo, logo todos os campos do saber interessam à história e devem ser motivo de reflexão. Os acontecimentos não se sucedem apenas por força da política ou da economia, mas, por um conjunto de fatores que envolvem toda cultura de um povo. Daí a necessidade do professor de história, pelo menos ter noção de outros campos do saber. O professor historiador não pode ficar preso somente ao passado e tampouco só pensar no presente, sob pena de ser colhido pelos acontecimentos e não conseguir explicá-los. Tratar os eventos humanos somente pelo econômico ou o político é compartimentar a história, o homem não é só política ou luta de classes, é um ser total que está inserido

¹⁷ Op. Cit. P.136



em uma “dinâmica própria do processo cultural”¹⁸. Nesse sentido, os cursos de especialização em educação precisam trazer em seu programa a noção de que não podemos virar as costas para novas propostas, que devemos utilizar o que será de proveito para o crescimento humano, porém sem abandonar o que funciona, o tradicional, o que é próprio de nossa cultura, para aí então buscar nosso espaço no mundo.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. SP: Moderna, 1991.
- BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2.ed. RJ: Ed. UFRJ, 2003.
- BARTHES, Roland. **Aula**. 12. ed. SP: Cultrix, 2004
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 6 ed. Série Princípios. SP: Ed. Ática, 1991
- Constituição Federal 1988 – acessada em 12/05/2006 www.planalto.gov.br
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro à descobrir**. 6.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001
- FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da história ensinada**. 4 ed. SP: Papyrus, 1993
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 6ª ed. SP: Ed. Moraes, 1986
- GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. **Atravessando fronteiras e descobrindo mais**

¹⁸ BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2.ed. RJ: Ed. UFRJ, 2003.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

- uma vez a complexidade do mundo.** In: ALVES, Nilda (org). *O sentido da escola* . 4.ed.RJ: DP&A Editora, 2004
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem.** 4 ed. SP: Cortez Ed.1996
- LINS, Ana Maria Moura. **Educação moderna: contradições entre o projeto civilizatório burguês e as lições do capital.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003
- MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas.** In: BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia: de Maquiavel à Adam Smith.* SP, Hucitec, 1988
- PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil.* SP: Ed.Ática, 1996
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 7ª edição. Campinas: Autores Associados, 2000.
- ZAGURY, Tânia. **O professor refém.** RJ: Record,2006

Maria Aura Marques Aidar

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Docência Universitária pela Universidade de Uberaba. Especialista em Educação a Distância pela Universidade de Uberaba. Graduada em História pela Universidade de Uberaba. Atualmente é gestor da Licenciatura em História EaD na Universidade de Uberaba e professor titular da Universidade de Uberaba nos cursos de História, Serviço Social, Jornalismo e Pedagogia.